

## **Identidade negra e quilombola no Rio Grande do Sul: estudo de caso sobre a primeira comunidade quilombola de Rio Grande**

TREYCE ELLEN SILVA GOULART<sup>1</sup>

O Brasil, enquanto país heterogêneo e pluriétnico, apresenta as mais diversas formas de organização social, de acordo com os diferentes processos históricos sofridos pelos grupos que compõem a sociedade brasileira. Aldeias indígenas, colônias de origem europeia, comunidades negras e quilombolas foram formadas a partir das relações etnicorraciais, políticas de Estado e historicidades de nossa nação. Tal diversidade deve ser observada ao investigarmos enquanto pesquisadores/as das ciências humanas a atual configuração sócio-política e econômica de distintas comunidades tradicionais, como o são as comunidades indígenas e quilombolas. Para fins deste trabalho abordaremos especificamente as informações obtidas mediante atividades de pesquisa e extensão junto a comunidades quilombolas da região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Desde 2011, o Programa de Extensão Comunidades FURG – COMUF, financiado pelo Programa de Apoio à Extensão PROEXT/MEC/SESu passou a executar o projeto Quilombolas Somos Nós o qual teve como focos de ação as comunidades tradicionais negras das regiões rurais, distritais e periféricas do município de Rio Grande. Os estudos apontaram para formas de organização e trajetórias familiares marcadas por características peculiares que garantiram a preservação de um modo próprio de estar no mundo.

Ao revisitarmos as pesquisas realizadas no âmbito da historiografia e da antropologia, encontramos nas palavras de Maria de Lourdes Bandeira, já no prefácio da obra de Leite *O Legado do Testamento*, traços explicativos destas especificidades. Ao abordar a constituição de comunidades negras afirma:

*Processos sócio-culturais específicos circunstanciaram a sua formação em todo o Brasil. Principalmente no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, quando esse tipo de formação assume característica contestatória do projeto oficial de integração do negro como trabalhador na sociedade de classe.*

---

<sup>1</sup> Historiadora, formada pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Bolsista do Programa de Extensão Comunidades FURG – COMUF – PROEXT/MEC/SESu

*Essas comunidades negras recusaram esse projeto, ao constituírem uma forma alternativa de integração como grupo etnicamente diferenciado, com história e tradição particulares, caracterizados principalmente pelo modo de acesso à terra. (LEITE, 2004:13-14)*

Apreendemos que a integração do negro na sociedade brasileira está diretamente relacionada ao ideal de Brasil, apropriado a partir da abolição oficial da escravatura em 1888, explicitado nas teorias racialistas de fins do século XIX e início do século XX. Contrapondo-se aos escritos que romantizavam as etnias indígenas e parcelas de ex-escravizados, Euclides da Cunha, Silvio Romero e Nina Rodrigues embasavam suas teses nas correntes teóricas do positivismo comtiano, darwinismo social e evolucionismo de Spencer (ORTIZ, 1994). Segundo estas bases epistemológicas, a sociedade mais desenvolvida sobrepujaria genética e intelectualmente a considerada inferior e, nesses termos, os traços da população negra, antes escravizada, em algumas gerações seriam extintos.

Ao considerar os fatores de meio e raça, esses autores sublinhavam as configurações espaciais e acidentes geográficos nacionais enquanto determinantes dos agrupamentos humanos. Tais teorias apropriadas segundo moldes europeus não se adequavam plenamente à realidade brasileira, sendo necessárias adequações:

*O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente. (ORTIZ, 1994: 21)*

O exposto anteriormente aponta para os esforços realizados pelos pensadores brasileiros em teorizar sobre a inferioridade de negros e indígenas, “O ideal da evolução étnica brasileira seria a pureza da raça branca. Por isso, concomitantemente à eliminação do negro, a imigração europeia foi incentivada com o intuito de promover o branqueamento da população” (MATTOS, 2009: 186). Para este fim, o governo republicano destinou fundos próprios para a garantia da inserção de imigrantes europeus na sociedade brasileira, em detrimento das e dos trabalhadores/as negras/os. Se a História nos demonstra que os ideais

eugênicos e evolucionistas não alcançaram seu objetivo final, o branqueamento, a razão encontra-se, entre outros fatores, na resistência de organizações sociais específicas que promoveram a preservação de culturas, saberes, linguagens, cosmovisão e modos de habitar peculiares.

### COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: DE CONCEITO HISTÓRICO A CONCEITO POLÍTICO

A primeira definição de quilombo, registrada em documentos oficiais, data de meados do século XVIII, quando em carta do Conselho Ultramarino é descrito enquanto habitações simples em que se encontrem mais de cinco negros fugidos rodeados por pilões (BAKOS&BERND, 1991) o que apontaria para a continua utilização daquele espaço e fixação nesse. A prática de fuga era recorrente e inseria-se entre outras formas de resistência ao sistema escravocrata e propiciava a formação destes espaços de convívio e realização de práticas relacionadas às origens africanas, sobretudo. Tais territórios, em geral afastados, de difícil acesso, quase desprendidos do contexto aos quais pertenciam foi considerada como norma para a historiografia tradicional. Atualmente, autores como João José Reis (2009) e Rosane Rubert (2010) tecem suas considerações sob outros pontos de vista.

Ao debruçar-se sobre os quilombos históricos, Reis afirma que:

*Embora em lugares protegidos, os quilombolas, amiúde, viviam próximos a engenhos, lavras, vilas e cidades. Mantinham redes de apoio e de interesses que envolviam escravos, negros livres fugidos e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente, eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos, com escravos e libertos, podiam manter laços afetivos, de parentesco e de amizade (REIS, 2009. In: FIGUEIREDO, 2009: 22).*

Compreendemos, sob esses termos, a existência de uma rede de solidariedades e interesses que permeavam as relações dentro e fora dos mocambos. Tais características possibilitaram a adequação e dinamização destas relações e a própria existência destes territórios que, como explica Rupert, no Estado do Rio Grande do Sul, possibilitaram o

estabelecimento de “uma rede de territórios étnicos que se estende por todo o estado, malgrado a existência mais contundente em determinadas regiões” (RUBERT, 2010: 10).

A atualização destes conceitos foi acompanhada por processos jurídicos elencados pela Constituição de 1988 e consolidados nos Decretos nº 3.912 de 10 de setembro de 2001 e nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que oficializam a conceituação de terras de quilombos e que determinam características peculiares aos remanescentes, tais como trajetória histórica própria e relações territoriais específicas. Entretanto, ainda não podemos falar em plenitude de direitos já que as comunidades quilombolas “para além dos marcos ancestrais que revigoram as lutas negras concedendo-lhes fluído vital que transforma o mundo – axé – possuem marcos legais que direcionam as lutas, mas não as deixam menos árduas do que quando estavam alijadas de qualquer aparato jurídico” (SILVA, 2010: 202).

Mesmo no período que antecede os marcos citados acima existia por parte do movimento social negro, em especial o quilombismo, a exigência de acolhimento das demandas e reconhecimento destas coletividades por parte do poder público. Leite explicita as tensões que resultaram na conceituação do termo quilombola:

*Ele decorre das discussões lançadas pela Frente Negra Brasileira, nos anos 30, sufocada pela ditadura de Vargas, reaparece nos movimentos que antecederam ao golpe militar de 1964 e emerge novamente da/na pressão social pós-ditadura militar, na fase da redemocratização e no bojo dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80. Relançado por militantes e intelectuais afrodescendentes, tornou-se pouco a pouco um fato político, ao alcançar visibilidade e interagir com diversos setores progressistas que tinham voz e voto na Assembleia Constituinte.*  
(LEITE, 2004: 19)

Ao visibilizar o conflito, o movimento social afirma a identidade negra e quilombola enquanto parcela atuante e significativa para a História do Brasil. Reivindica para este grupo a cidadania negada e nesse sentido expõe a apropriação política do conceito histórico-jurídico de quilombo/quilombola. Ser quilombola significa, a partir da autodeterminação, visibilizar-se, “pertencer”, “estar no mundo”, “ser.”

## IDENTIDADE NEGRA POSITIVADA: SOU QUILOMBOLA! SOU MACANUDA!

O projeto de extensão Quilombolas Somos Nós, teve início em 2011 a partir do contato de Maria da Graça Amaral, uma das matriarcas e griô da família. As pesquisas foram organizadas e encaminhadas à Fundação Cultural Palmares e outras entidades relacionadas às políticas públicas específicas para comunidades quilombolas. Elaboramos atividades que propiciaram o levantamento de relatos individuais por meio de entrevistas não diretivas em profundidade e ações coletivas, como rodas de memória e reuniões gerais entre os familiares.

A senhora Graça afirmava, na ocasião de nosso primeiro encontro, que sua família era quilombola e solicitou que o acompanhamento e registro de seus relatos fosse realizado por historiadores da Universidade Federal do Rio Grande, a FURG. A este momento seguiram-se as visitas aos familiares e a investigação das origens históricas de sua ocupação territorial na vila da Quinta, região rural e periférica do Município.

A família Amaral, conhecida e reconhecida na região como Macanudos, tem sua trajetória ligada ao território rural e periférico da cidade de Rio Grande. A família habitou desde meados do século XIX, a região da Quitéria, zona ocupada prioritariamente pela dita elite de proprietários de terra. A presença de uma família negra, que se mantinha com simplicidade, destoava naquele cenário, segundo fica exposto em relato obtido junto a antigo vizinho morador da região. Esse afirmou que ainda na infância, tinha em torno de 6 anos, teve contato com Bidio (senhor Paulo Ovídio Amaral, avô de Maria da Graça) e era obrigado a lhe chamar de tio. Este ex-morador da região confidenciou que seus familiares sempre o alertavam para “tomar cuidado com os pretos”, neste caso, com os Macanudos. Estes últimos moravam em um espaço de terra que chegou a ser ocupado por cerca de cinquenta pessoas. As famílias eram extensas e os filhos, a medida que se casavam, construíam casas próximas de seus pais e assim novos núcleos familiares eram formados.

Em contraponto ao temor e preconceito disseminados sobre a família, os Amaral realizavam as mais diversas funções para moradores não-negros da área da Quitéria. Eram empreiteiros, empregados domésticos, babás, executavam plantios sazonais para outros donos

de terra etc. Além disso, praticavam agricultura e pesca de subsistência e pecuária que lhes garantia alimentação, mas também condições materiais de habitação já que por meio da réstea de cebola e utilização do couro de animais, por exemplo, eram construídos móveis e parte de estruturas de suas casas.

Apesar das tensões de teor etnicorracial, quanto aos Macanudos, jazem expostos nas memórias trazidas a tona nas entrevistas, laços afetivos e de pertencimento ligados “à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social.”(FÉLIX, 2004: 40). A prática de restea de cebola era um saber compartilhado pelas matriarcas e unia diferentes gerações em torno da confecção de artesanatos. A repetição destes momentos, acompanhados de contos, histórias e dores compartilhadas garantia a continuidade das tradições familiares e o fortalecimento de laços fraternos entre os parentes. Ao deslocarem-se para a área da Quintinha, ocupada até a atualidade por cerca de quinze famílias, um olhar desatento apreenderia que o espaço, dividido em lotes quadrados, cercados, modificou completamente a organização e os modos de viver daquele grupo.

De fato, a área ocupada atualmente impede que a família tenha atividades ligadas a criação de animais, pesca ou plantio regular. Além disso, o sustento das/dos Macanudas/os passou a ser completamente provido por meio do trabalho assalariado em fábricas de pescado da região, entre outros menos predominantes. Entretanto, ao percorrermos os terrenos é visível que a separação física é ilusória e que a comunidade luta, mesmo que silenciosamente para manter sua identidade Macanuda. As cercas que separam as habitações possuem passagens improvisadas ou delimitadas por portões de madeira que propiciam a passagem constante entre os diversos terrenos. Nesse sentido, fica claro o esforço de manter a união e a proximidade nas relações humanas estabelecidas entre eles. Se hoje fica impossibilitada o plantio em escala um tanto maior, a comunidade dinamiza suas atividades: cada família tem em seu quintal uma horta de variados tamanhos cujos produtos são socializados através de trocas coletivas. Além disso, é visível o apreço e cuidado destinado aos anciões e pessoas com deficiência dentro da comunidade: todas/os estão sob cuidado de alguns familiares diretos ou não. Tais características denotam uma cosmovisão particular e ao mesmo tempo geral para

comunidades quilombolas já que a preservação, manutenção e renovação da comunidade são pautadas pela valorização das crianças, jovens, adultos e grãos. Estas especificidades apresentam um projeto de organização social, não alienado, mas alternativo à norma posta na atualidade.

Se no mucambo histórico os pesquisadores tem salientado o caráter desestabilizador e contestatório da ordem vigente naquele período, hoje os quilombos contemporâneos apresentam formas de organização modificadas pelos processos sofridos, o que é inerente aos agrupamentos humanos. Entretanto, ainda é possível destacar no âmago destas comunidades o desejo pela manutenção e proteção de seus saberes frente às investidas dos setores públicos e privados. A ocupação das terras de forma comunitária, a distribuição da produção entre os núcleos familiares, a repetição de práticas que reafirmam e recriam aquelas formas de organização foram meios encontrados pelos remanescentes de quilombo para manterem-se resistentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos contatos já realizados com a comunidade quilombola percebe-se o fortalecimento de identidades negadas e suprimidas desde a rememorada saída de suas terras. Com a mudança e o desligamento físico de suas terras, a família Macanudo teve modificadas suas práticas culturais (produção de artigos artesanais de junco) assim como suas técnicas (de plantio ligadas à agricultura). Tais alterações não ocorreram naturalmente, mas foram influenciadas e promovidas por agentes externos interessados nessas.

O afastamento levou à negação e à desvalorização. Atualmente, o processo acontece de forma inversa. Ao promover a reconstrução das memórias comunitárias, os entrecruzamentos e por vezes, o reencontro entre familiares distanciados, a pesquisa, enriquecida com o interesse e atuação dos familiares, tem trazido à tona a valorização da identidade quilombola enquanto um ato político, mas não somente.

A Comunidade Quilombola dos Macanudos, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em maio do corrente ano, organizou-se em torno de sua Associação, cujos

associados são somente ex-moradores da Quitéria e seus descendentes. Esta cláusula garantirá a segurança de voz e voto aos maiores interessados e beneficiados pelos direitos conquistados pelos familiares. Ao mesmo tempo, torna-se limitada a atuação de agentes externos à dinâmica comunitária e familiar. A direção é encabeçada por duas figuras femininas, Maria da Graça Amaral e Alaide Amaral, mulheres que tem acompanhado e orientado as pesquisas realizados no âmbito do Projeto de Extensão e promovido a reunião da família. O papel, coadjuvante, de agentes da Universidade, foi qualificado pela atuação destas senhoras, as quais tornaram possível, por um lado, a reapropriação das memórias coletivas por parte dos indivíduos e por outro, a ressignificação/positivação das identidades negra e quilombola destes.

#### Referências Bibliográficas

BAKOS, M. & BERND, Z. **O negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2004

LEITE, Ilka B. **O legado do testamento: a Comunidade de Casca em Perícia**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, João José. Ameaça negra! Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **A era da escravidão**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.



RUBERT, Rosane. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SILVA, Paulo Sérgio da. Mediação social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul. In: **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.